

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Questão de tempo

O ritmo com que o Congresso efetivamente trabalhará neste final de ano começará a se definir hoje, com a sessão destinada ao exame dos vetos apostos à lei salarial. Em função do que ocorrer nessa sessão se saberá, ainda que de um modo aproximado, o que esperar da reforma tributária, do **Emendão**, da série de projetos prioritários definidos pelas lideranças, do orçamento e, em última análise, do próprio recesso do Legislativo.

Como todo mundo sabe, a Oposição não tem como garantir a maioria absoluta para a derrubada dos vetos na Câmara e no Senado, vendo fracassar tentativas anteriores, a última delas por apenas 15 votos. No entanto, essa mesma oposição reúne condições para bloquear os trabalhos parlamentares, não apenas pela simples obstrução, mas também e principalmente pela colocação de obstáculos durante as reuniões do colégio de líderes.

Esse tipo de jogo tem o condão de irritar líderes governistas como Humberto Souto — se bem que essa irritação constitua antes um jogo para a plateia, pois o experiente Souto conhece bem demais as regras do jogo para aborrecer-se de verdade — e é de se imaginar o efeito que cause no Palácio do Planalto, onde a paciência não costuma ser das virtudes mais cultivadas.

Exatamente por isso é que se tem admitido com frequência a hipótese de uma convocação extraordinária do Congresso. Ela poderia ocorrer pela simples edição de uma medida provisória ao se apagarem as luzes do ano legislativo ou por uma convocação especial feita durante o período que se seguir às festas. Em nenhum dos casos a hipótese é encarada com espírito esportivo pelos parlamentares. "Nós estamos estressados, cansados mesmo, precisados de férias como qualquer trabalhador brasileiro", desabafa o líder do PDT no Senado, Maurício Corrêa.

É verdade que Corrêa faz questão de lembrar que esse estresse presumivelmente atinge apenas os parlamentares dedicados, assíduos, que como se sabe não constituem a totalidade do Congresso. Uma convocação traria como trunfo o temor, que mesmo os assíduos teriam, de passarem por relapsos, com a televisão mostrando plenários vazios.

No entanto, ninguém em sã consciência imagina que o Congresso vá votar, em plenos feriados de Natal e Ano Novo, matérias que esbarraram na recalcitrância de grupos fortes o bastante para imprimir ritmo lento à sua tramitação. Esse mesmo quadro tenderia a permanecer após esse período. Se o Congresso não vota alguma coisa é porque não quer ou pelo menos porque importantes segmentos seus não o querem.

Só há mesmo uma saída, negociar. O Planalto está considerando **imexíveis** os vetos à política salarial. Terá, muito provavelmente, condições de manter essa posição. Resta ver, porém, quais as consequências disso. Ainda que parcelas ponderáveis do PMDB e PSDB possam estar jogando para a plateia nesse caso, tendo tanta vontade quanto o Governo de que a reindicação ocorra, outros conseguirão retardar o processo.

O mesmo acontecerá com as demais matérias de interesse do Governo. A reforma tributária encontra propostas alternativas do Bloco da Economia Moderna, do PMDB e das esquerdas. Sem a negociação, dificilmente ela passará — bem ela que inequivocamente constitui a real preocupação do Planalto e do Ministério da Economia, premidos pelos limites da negociação com o FMI. Quanto ao **Emendão**, nem falar. Esse, nem com muito boa vontade.

Para o restante, porém, a negociação pode fazer muita coisa. Falta ver a que ritmo. Isso, só hoje se começa a saber.

Interino